

A Aplicabilidade do Balanço Social Às Organizações do Terceiro Setor

Osorio Cavalcante Araujo

Resumo:

O objetivo do presente trabalho é o estudo da aplicabilidade do Balanço Social em organizações do Terceiro Setor, dadas suas características peculiares que as diferem de forma substancial das organizações do segundo setor, pela ausência de lucro e pelo fato das suas atividades operacionais retratarem o cumprimento da responsabilidade social. Os conceitos aqui tratados determinam a dificuldade de se utilizar a Demonstração do Valor Adicionado, parte integrante do Balanço Social, para esse tipo de organização posto que as fontes de recursos e geração de riqueza das organizações do Terceiro Setor não guardarem semelhanças com os conceitos utilizados nas demais organizações. Os dados do presente estudo foram obtidos pelas técnicas de pesquisa documental primária e pesquisa bibliográfica.

Área temática: *Custos da Responsabilidade Social*

A APLICABILIDADE DO BALANÇO SOCIAL ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

TRABALHO :104

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é o estudo da aplicabilidade do Balanço Social em organizações do Terceiro Setor, dadas suas características peculiares que as diferem de forma substancial das organizações do segundo setor, pela ausência de lucro e pelo fato das suas atividades operacionais retratarem o cumprimento da responsabilidade social. Os conceitos aqui tratados determinam a dificuldade de se utilizar a Demonstração do Valor Adicionado, parte integrante do Balanço Social, para esse tipo de organização posto que as fontes de recursos e geração de riqueza das organizações do Terceiro Setor não guardarem semelhanças com os conceitos utilizados nas demais organizações. Os dados do presente estudo foram obtidos pelas técnicas de pesquisa documental primária e pesquisa bibliográfica.

Palavras-chaves: Terceiro Setor, Balanço Social, Riqueza Gerada

A APLICABILIDADE DO BALANÇO SOCIAL ÀS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

INTRODUÇÃO

A existência de três setores distintos na economia permite uma reflexão sobre o papel de cada um deles enquanto ente gerador ou consumidor de riquezas, de forma indistinta, para que a visão globalizada esteja presente em cada um desses setores que são: um primeiro setor, composto por organizações governamentais que, segundo Silva (1996:20), através de seus órgãos e entidades, exerce suas múltiplas atividades, quais sejam, política, administrativa, econômica e financeira, com o objetivo de cumprir suas finalidades básicas através do desempenho das seguintes funções:

- instituição e dinamização de uma ordem jurídica;
- resolução dos conflitos sociais através da aplicação das normas instituídas;
- administração e gerenciamento dos bens públicos para atender às necessidades da coletividade.

Um segundo setor onde, de acordo com Araújo (2002:13) “situam-se as empresas privadas, que exercem atividades econômicas, com o fim precípua de obter lucros a serem distribuídos aos investidores como remuneração do capital aplicado.”

E, por fim, um terceiro setor que, de acordo com Ioschpe (2000:26), é um conceito que vem sendo utilizado no Brasil e em outros países, principalmente nos Estados Unidos da América, para designar o conjunto composto de organizações sem fins lucrativos, cujo papel principal é a participação voluntária, fora do âmbito governamental, que dão suporte às práticas da caridade, da filantropia e do mecenato, voltadas para a garantia do direito de cidadania da sociedade.

O presente estudo tem por objetivo geral discutir a aplicabilidade dos conceitos relativos ao Balanço Social por organizações do Terceiro Setor; objetiva ainda, além da discussão dos conceitos inerentes ao terceiro setor e ao balanço social, elaborar uma abordagem da Demonstração do Valor Adicionado como parte integrante do Balanço Social, discutindo a missão de organizações do terceiro setor e sua geração de riquezas para a economia.

1. TERCEIRO SETOR – CONTEXTUALIZAÇÃO E CONCEITOS

Os desequilíbrios econômicos gerados pela globalização e abertura de mercados, aliadas à concorrência por recursos, tornaram o ser humano cada dia mais dependente de políticas que o incentivem e o insiram em um contexto onde haja o direito garantido à cidadania; de um lado o Estado, que deveria dar ao cidadão essa garantia, acaba por não fazê-lo, principalmente pelas políticas que apresenta, enfatizando o capital em detrimento do social; de outro, o mercado que, embora venha despertando para uma atitude mais adequada à inserção do Homem no contexto econômico, não tem como fator determinante de sua existência esse caráter, posto que deve buscar o lucro e a remuneração do capital para que a economia se desenvolva.

Resta ao terceiro setor preencher essa lacuna, posto que a inserção, ou re-inserção do ser humano no contexto econômico, é fator determinante para o bem-estar social.

Para Landim e Beres (1999:08), Essa noção de 'terceiro setor' evoca não apenas um conjunto diversificado de organizações como também, metaforicamente, um espaço de afirmação de valores e práticas sociais que não pertencem ao terreno do mercado, como altruísmo, compromisso social, solidariedade, laços comunitários, ambientalismo etc.

Corroborando o pensamento das autoras acima mencionadas, percebe-se a existência do terceiro setor como elemento que se interpõe entre o mercado e o governo, na defesa da cidadania plena e no preenchimento de uma lacuna na comunicação entre os mesmos.

Pode-se verificar com isso, que para cumprir seu papel, o terceiro setor precisa estar presente nas mais diversas áreas que envolvam as questões das práticas cidadãs, seja na educação secular, seja na educação para o trabalho ou simplesmente na garantia do direito ao lazer e ao trabalho como é o caso das associações esportivas e de profissionais. As organizações do terceiro setor podem assim, atuar nas mais diversas áreas sem perder suas características que se baseiam no voluntariado.

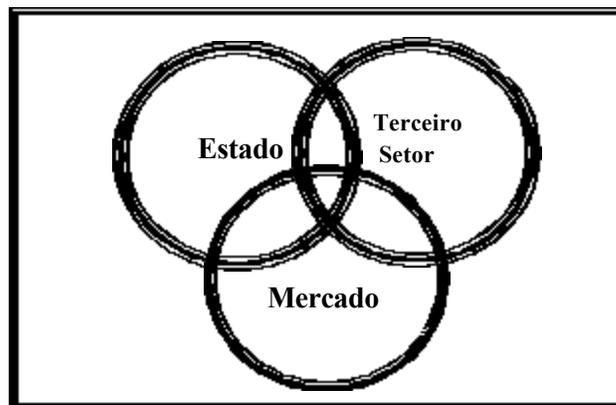
Então percebe-se que o terceiro setor está além das denominações que se dão aos tipos de organizações, pois o que mais interessa é o produto final do terceiro setor, que no dizer de Drucker (1997:43) é “Um ser humano mudado”. Não se pode tentar enxergar de formas diferentes, com outras denominações, organizações que têm como principal missão a mudança no ser humano, seja no campo espiritual, educacional, da saúde, do lazer, seja no campo profissional; em todas encontram-se os voluntários, os doadores, os gestores e, principalmente as pessoas que se beneficiam da organização.

Portanto, quando se fala em organizações do terceiro setor, pode-se estar tratando de Organizações Não Governamentais (ONG's), Fundações Privadas, Associações de Classe, Clubes Esportivos e Sociais, Igrejas, Institutos, Sindicatos e até Cooperativas, dentre outros tipos de organizações e denominações prováveis. Não se pode dissociar essas organizações do terceiro setor, principalmente pelo seu caráter de não obterem lucros distribuíveis como remuneração do capital aplicado, como se dá nas organizações do segundo setor, nem tampouco são de caráter oficial, por não serem governo.

Para o cumprimento de seu principal objetivo, o terceiro setor utiliza-se de recursos escassos, tanto os recursos obtidos através da produção própria quanto os oriundos das doações de terceiros envolvidos com a causa que a organização defende.

Assim, o terceiro setor está situado entre o estado e o mercado, formando assim, uma tríade onde um ponto de interseção se apresenta conforme pode-se ver na Figura 1:

Figura 1 – A Tríade entre o Estado, o mercado e o terceiro setor



Fonte: Fonseca (2000:05)

Entende-se a interseção como o ponto onde o Terceiro Setor confunde-se com o Estado e com o Mercado pelas atividades que exerce, mantendo outrossim sua identidade própria e dissociada da identidade dos demais setores, principalmente por suas características particulares do voluntariado e da não distribuição de lucros ou ativos entre os associados a qualquer título.

Esse ponto de interseção, em determinados momentos, pode confundir os estudiosos do terceiro setor ou de matérias relacionadas ao mercado para aplicação direta às organizações do terceiro setor. Ora essas organizações comportam-se como componentes do segundo setor, produzindo e vendendo sua produção; ora atuando como o Estado, disponibilizando bens e serviços à sociedade para o desenvolvimento da mesma.

Contudo, sua principal característica, a do voluntariado, está sempre presente determinando, em conjunto com a não finalidade de obtenção e distribuição de lucros, o caráter social de suas ações para a transformação do ser humano.

Todos os aspectos aqui tratados para o terceiro setor, passam pela necessidade que têm essas organizações de prestarem contas à sociedade e aos doadores das ações praticadas e da forma como os recursos foram ali utilizados. Essa necessidade de prestar contas envolve o terceiro setor de forma contundente, posto que os usuários, os empregados, os doadores e o governo necessitam conhecer o grau de eficiência e eficácia da organização pelos mais diversos motivos; surge assim o que se denomina *accountability*, instrumento para a transparência da gestão de qualquer organização, principalmente para as do terceiro setor.

2. BALANÇO SOCIAL – INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

De acordo com Torres(2001:01), a função principal do Balanço Social é tornar pública a responsabilidade social da empresa.

Conforme Carneiro (2002:46), para acompanhar “mudanças que interagem com o patrimônio das entidades, a Contabilidade adapta-se constantemente,” através do estudo de novos formatos de relatórios (...), maximizando a democratização da informação, tendo em vista que uma das correntes de estudiosos do assunto atualmente, dentre eles Hendriksen & Breda (1999:26), defendem o posicionamento de que a ‘informação é um bem público’”.

Ainda de acordo com Carneiro (2002:46), a interação entre a sociedade e as organizações, gerando influência mútua, e necessidade da *accountability* (...) “originam propostas de novas formas de demonstrações contábeis, destacando-se o Balanço Social, conjunto de indicadores sociais que demonstram o nível de responsabilidade social das empresas.”

Embora se considere nova forma de demonstração contábil, o Balanço Social existe, segundo Torres (2001:1), desde a década de 1960, quando surgiu nos Estados Unidos, tendo surgido no início da década de 1970, na Europa, destacando-se: na Alemanha (com a publicação da companhia STEAG); na França (com o balanço social da empresa SINGER) e na Inglaterra.

Em 1997, o Betinho, através do Instituto Brasileiro de Análise Socioeconômica-IBASE, promoveu grande debate sobre a importância do Balanço Social para a melhoria das condições sociais do País. A partir de então, o IBASE lançou campanhas sobre a responsabilidade social das empresas, um modelo de Balanço Social e o selo da empresa cidadã.

Em razão da inexistência de normalização sobre esse tipo de demonstração contábil, as empresas que publicam voluntariamente aplicam diversos modelos, sendo que os mais utilizados são: o da FIPECAFI, da Universidade de São Paulo - USP, que contempla em seu modelo de Balanço Social os segmentos laborais, ambientais e a riqueza gerada, destacando-se a DVA; e o modelo do IBASE, que considera base de cálculo, indicadores laborais, indicadores sociais, indicadores do corpo funcional e outras informações relevantes quanto ao exercício da responsabilidade social.

Os principais conjuntos de indicadores presentes nos modelos de balanços sociais contemplam enfoques de Contabilidade social-empresarial, considerando a organização como uma célula social que interage com o ambiente em que se situa, surgindo responsabilidades para com seus funcionários, com a comunidade local e com o meio ambiente; e enfoque Econômico – onde os indicadores da Demonstração de Valor Adicionado –DVA podem fornecer de forma conjunta importantes informações sobre a riqueza gerada no País, inclusive por segmento, e como está sendo distribuída entre os principais beneficiários.

Pode-se perceber com isso, que os elementos que compõem os Balanços Sociais referem-se aos aspectos de responsabilidade social das organizações como um item que vai além de suas operações normais de compra e venda de insumos, mas também da forma como aplicam a riqueza gerada por essas operações. Na região Nordeste destaca-se a participação das empresas no atendimento aos seus empregados, sendo as mais representativas: investimento em treinamento, programas de educação, previdência privada, participação dos empregados nos lucros, saúde e alimentação.

Além dessas informações, há também grande quantidade de informações quantitativas não monetárias (...), contemplando: faixa etária de empregados, número de dependentes menores, número de empregados com deficiência, número de mulheres empregadas e em cargo de chefia, dentre outros.

No início do século XX, de acordo com Wu (1983:52), a Contabilidade era tratada como um processo de armazenagem, classificação e sumarização das transações de negócios. A informação contábil, com a função de um auxílio a gerentes de planejamento e controle, não era largamente reconhecida até aproximadamente 1940.

A *American Accounting Association* – AAA, em 1966, publicou importante trabalho teórico¹ que, de acordo com Wu (1983:52), redefiniu os objetivos da Contabilidade para propiciar informações visando aos seguintes propósitos: a) tomar decisões com relação ao uso de recursos limitados, incluindo a identificação de áreas de decisões cruciais, e determinação de objetivos e metas; b) Dirigir e controlar efetivamente uma organização humana e de recursos materiais; e c) manter e relatar a administração dos recursos e facilitar funções sociais e controles.

Verifica-se assim, a Contabilidade como componente intrínseco do processo de tomada de decisões nas organizações, considerando-se inclusive a sociedade como usuário de seus relatórios, que toma decisões a partir do conhecimento da situação da organização sob seus mais diversos aspectos; com isso, tudo o que se falou sobre Balanço Social aplica-se a essa assertiva, posto que é uma peça contábil por ser gerada a partir do banco de dados da Contabilidade, e pelo caráter informativo que possui para a tomada de decisões pelos mais diversos usuários, servindo como instrumento de comunicação entre a empresa e a sociedade, quando esta for o tomador de decisões baseadas no Balanço Social.

3. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – A AVALIAÇÃO DA RIQUEZA GERADA E DISTRIBUIDA PELAS EMPRESAS

Conforme ensinamento de Santos (1999:37), “Do ponto de vista da Ciência Contábil, poder-se-ia afirmar que a apuração da riqueza criada pode ser calculada através da diferença aritmética entre o valor das vendas e os insumos pagos a terceiros mais depreciações.” Isso determina que se verifique a necessidade que as empresas têm de divulgar a riqueza por elas geradas e distribuídas como informação de cunho social.

De acordo com De Luca (1998:13), corroborando o acima exposto, “O Balanço Social mostra o desempenho da política social existente na empresa e, como parte desse conjunto de informações, encontra-se a Demonstração do Valor Adicionado, que apresenta dados econômicos referentes à criação de riqueza pela empresa e à distribuição aos fatores que contribuíram para sua criação.”

De Luca (1998:23), diz ainda que “as principais informações apresentadas no balanço social são as seguintes: (...) utilização da riqueza da empresa, etc.”

Santos (1999:98) vai mais além e diz que “A Demonstração do Valor Adicionado, componente importantíssimo do Balanço Social, deve ser entendida como a forma mais competente criada pela Contabilidade para auxiliar na medição e demonstração da capacidade de geração, bem como de distribuição, da riqueza de uma entidade.”

Observa-se assim, que a DVA, ao informar como a empresa distribuiu a riqueza por ela criada, cumpre parte do papel informacional da Contabilidade, dando contas à

¹ *Statement of Basic Accounting Theorys* – ASOBAT.

sociedade desses elementos dentro da empresa, complementando as demais informações que o Balanço Social apresenta.

A riqueza criada está relacionada diretamente com os aspectos que envolvem a produção e comercialização, partindo-se das receitas provenientes dessas operações, partindo-se de informações provenientes do banco de dados da Contabilidade, mais especificamente tendo como ponto de partida a Demonstração do Resultado do Exercício.

Quanto a esse aspecto, diversas são as discussões sobre os itens que devem compor (e os que não devem compor) a Demonstração do Valor Adicionado, bem como a “linha” exata de apresentação de alguns itens, posto que essa demonstração possui o mesmo formato da Demonstração do Resultado do Exercício. O modelo desenvolvido na FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras tem a seguinte estrutura, que atende perfeitamente às necessidades informacionais dos usuários do Balanço Social e demais demonstrações contábeis para o segundo setor, conforme Quadro 1:

Quadro 1
Modelo de DVA desenvolvido pela FIPECAFI

1.RECEITAS		
1.1 Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2 PDD		
1.3 Não operacionais		
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
2.1 Matérias-primas consumidas		
2.2 Custos de mercadorias e serviços vendidos		
2.3 Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.4 Perda/Recuperação de valores ativos		
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 -2)		
4. RETENÇÕES		
4.1 Depreciação, Amortização e Exaustão		
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
6.1 Resultado de Equivalência Patrimonial		
6.2 Receitas Financeiras		
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
8.1 Pessoal e encargos		
8.2 Impostos, taxas e contribuições		
8.3 Juros e aluguéis		
8.4 Juros s/ capital próprio e dividendos		
8.5 Lucros retidos/prejuízo do exercício		

Fonte: FIPECAFI com adaptações dos autores.

Os elementos apresentados na DVA, por esse modelo, são suficientes para informar a todos os usuários da Contabilidade da empresa sobre os itens que os mesmos necessitam conhecer sobre a geração e distribuição da riqueza das empresas, principalmente se considerar que a relevância dessa informação está no fato de se poder

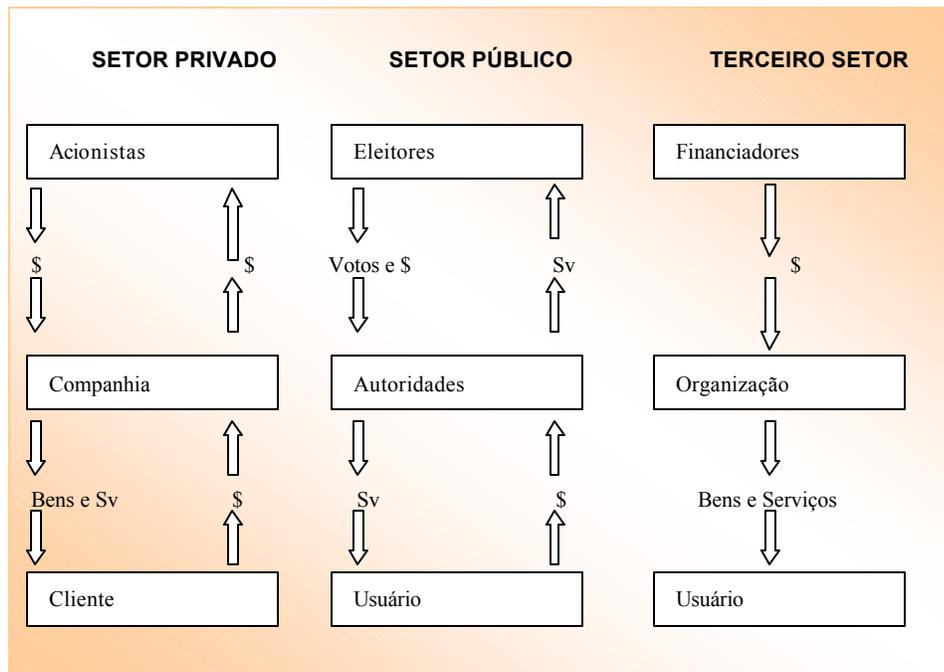
fazer análises comparativas setoriais, regionais e até nacionais de desempenho social e econômico.

4. AS ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR E OS RELATÓRIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS EM COMPARAÇÃO COM AS DEMAIS ORGANIZAÇÕES

As atividades desenvolvidas pelas organizações do terceiro setor diferem sobremaneira das exercidas pelas demais organizações posto que seus produtos divergem em especificações e finalidades. Neste estudo, será efetuado de forma mais aprofundada o comparativo apenas entre o segundo e o terceiro setores pelas suas finalidades totalmente antagônicas.

Verifique-se que, enquanto o produto de uma fábrica de sapatos é o sapato, em uma organização do terceiro setor, o produto é, como explicitado anteriormente, o ser humano mudado (seja um doente que ficou curado – nas organizações hospitalares, um cidadão informado – nas organizações que desenvolvem campanhas, o meio-ambiente preservado – nas organizações que se dedicam a perpetrar ações de preservação ambiental, dentre outros). A relação entre as organizações e os três setores citados neste trabalho se dá através da troca de bens e serviços conforme se pode ver na Figura 2:

Figura 2 Natureza das transações entre os diferentes setores



Fonte: Hudson (1999:17) (Com adaptações)

Ao se verificar as organizações do terceiro setor, percebe-se que os investidores buscam dividendos sociais, não para si, mas como forma de auxiliar à sociedade na consecução de seus objetivos.

Essa característica de não distribuição de dividendos, aliada ao não pagamento de impostos determina a consecução de seus objetivos através da aplicação integral de seus recursos em atividades para as quais foi instituída.

Observa-se ainda que a principal fonte de recursos nessas organizações provém de doadores que, tanto podem fazê-lo (doar) em moeda quanto em bens; sem em moeda, os recursos passam a fazer parte do ciclo de atividades da organização; se em bens, passa a fazer parte de forma indireta, sem contudo compor o fluxo financeiro.

Por essa razão, de acordo com Anthony e Govindarajan (2002:814), Uma organização sem fins lucrativos tem dois conjuntos de relatórios financeiros. O primeiro conjunto refere-se às atividades operacionais, que inclui relatório operacional, balanço patrimonial e demonstração de fluxos de caixa nos moldes das empresas. O segundo refere-se às contribuições de capital; tem uma demonstração de entrada e saídas de contribuição de capital no período (...).

Contudo, há que se atentar para alguns detalhes relevantes quando se estudam as demonstrações e relatórios contábeis de organizações do terceiro setor. Uma primeira discussão refere-se diretamente aos conceitos de receitas, custos, despesas, perdas e gastos, tão comuns e necessários em todas as organizações do segundo setor. Nos moldes que se discutem esses elementos nas organizações que executam suas operações com a finalidade de transformar insumos em produtos, ou mesmo prestar serviços remunerados, ou ainda efetuar distribuição de produtos através das operações usuais do comércio, o terceiro setor não estaria enquadrado, posto que não comercializa bens ou serviços, mas os disponibiliza para a sociedade com o intuito de promover mudanças, principalmente no campo comportamental, sem no entanto apurar e distribuir resultados dessas operações.

Essa característica tem reflexo direto sobre o patrimônio da organização, posto que de acordo com Olak (1996:81)

(...) nas ESFLNG (sic) a manutenção e ampliação do patrimônio ocorre, tal como na sua formação, por contribuições, doações e subvenções. Além disso, estes recursos podem ser acrescidos por receitas financeiras, receitas de capital e, em casos especiais, até mesmo por lucros obtidos na venda de produtos, mercadorias e serviços prestados, os quais serão, sempre, utilizados na própria manutenção das atividades e nunca para serem distribuídos, como ocorre nas empresas.

Araújo (2002:114) vai mais além e diz:

Saliente-se que a venda de produtos, mercadorias e serviços, não é atividade comum, ou atividade fim de organizações do terceiro setor. Em determinadas situações, a produção de bens e serviços faz parte do processo de transformação do ser humano, que será vendida à coletividade como forma de melhorar a arrecadação de recursos, e conseqüente manutenção de suas atividades e continuidade.

De acordo com Stickney e Weil (2001:109), as receitas medem os ativos que entram na empresa quando ela vende bens e/ou presta serviços. Daí desprende-se que para a existência de receita, deve haver uma relação de troca entre o vendedor e o comprador ou adquirente do bem ou serviço.

Com base nessa assertiva, pode-se inferir que as organizações do terceiro setor devem considerar como receita, para efeitos de determinação do valor agregado, apenas os recursos que ingressam em seus ativos mediante a produção e venda de bens ou serviços, onde a relação de troca de ativos fique bem caracterizada, não sendo aceitável reconhecer-se como receitas dessas organizações as entradas de recursos através de doações que, segundo Araújo (2002:125), “As outras entradas como doações, contribuições e subvenções, essas não devem ser consideradas como receitas, pois não possuem as características próprias, nem estão relacionadas ao uso de ativos da organização.”

Contudo, esses ingressos de recursos no terceiro setor geram riqueza para a sociedade, apenas não se conhecem estudos elaborados com o intuito de se mensurar essa riqueza, pois o produto do terceiro setor, um ser humano mudado, não é ainda mensurável. Aplica-se às despesas e custos os mesmos critérios aplicados ao estudo das receitas.

Pode-se assim, verificar que a elaboração de Balanços Sociais para organizações do terceiro setor devem ser realizados, desde que sofram algumas adaptações para que se tornem adequados às suas características.

Para efeitos de melhor compreensão, passa-se a estudar um exemplo prático apresentado por Oliveira e Batista (2000:9), que trata do Balanço Social do SESI – RN.

Não é finalidade deste estudo discutir se a organização em apreço está inserida, ou não no terceiro setor, já que foi apresentada como tal, mas simplesmente demonstrar o balanço social em organizações pertencentes a esse setor. Apresenta-se o Balanço Social no Quadro 2

Quadro 2
Balanço Social do SESI/DR/RN 1999

1) Base de Cálculo	1999			1998		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
1.1) Receita líquida	10.714,74			9.738,12		
1.2) Lucro operacional (Superávit)	89,91			83,59		
1.3) Folha de pagamento bruta	3.466,45			3.315,23		
2) Indicadores laborais	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre1.1	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre1.1
2.1) Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2) Encargos sociais compulsórios	1.299,83	1.445,65	12,13	1.199,06	1.434,49	12,31
2.3) Previdência privada	423,52	471,04	3,95	429,46	513,78	4,41
2.4) Saúde	167,45	186,24	1,56	162,50	194,40	1,67
2.5) Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.6) Creches / auxílio creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7) Participação nos lucros ou resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.8) Outros benefícios	255,24	283,87	2,38	190,37	227,74	1,95
Total – Indicadores Laboriais (2.1 a 2.8)	2.146,04	2.386,80	20,03	1.981,37	2.370,42	20,35
3) Indicadores sociais	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre1.1	Valor (R\$)	%Sobre 1.2	%Sobre1.1
3.1) Tributos (excluídos encargos sociais)	46,84	52,10	0,44	38,21	45,71	0,39
3.2) Contribuições para a						

Sociedade/investimentos na cidadania:	8.211,35	9.132,56	76,64	7.242,19	8.664,19	74,37
3.2.1) Educação e cultura	3.095,55	3.442,83	28,89	2.268,01	2.713,33	23,29
3.2.2) Saúde e saneamento	2.992,51	3.328,24	27,93	2.260,39	2.704,22	23,21
3.2.3) Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.4) Esporte e lazer	1.836,50	2.042,54	17,14	2.329,09	2.786,41	23,92
3.2.5) Creches	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.6) Alimentação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.2.7) Outros	286,78	318,96	2,68	384,69	460,23	3,95
3.3) Investimentos em meio ambiente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.1) Relacionados com a operação da Empresa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.2) Em programas / projetos externos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total – Indicadores Sociais (3.1 a 3.3)	8.258,19	9.184,66	77,07	7.280,40	8.709,90	74,76
4) Indicadores do corpo funcional	Total		Total			
4.1) N.º de empregados ao final do período	549		532			
4.2) N.º de admissões durante o período	30		84			
4.3) N.º de mulheres que trabalham na Empresa	368		360			
4.4) % de cargos de chefia ocupados por Mulheres	57		54			
4.5) N.º de empregados portadores de Deficiência	-		-			

Fonte: Oliveira e Batista (2000:11)

Conforme assertiva de Oliveira e Batista (2000:1) O *Serviço Social da Indústria-DR/RN* tem como missão contribuir para o fortalecimento da Indústria e o exercício de sua responsabilidade social prestando serviços integrados de educação, saúde e lazer, com vistas à melhoria da qualidade de vida para o trabalho e ao desenvolvimento sustentável (Serviço Social da Indústria – SESI/DR/RN, 1999, p.4).

Se está na missão da organização estudada a prestação de serviços integrados de educação, saúde e lazer para o fortalecimento da indústria através da melhoria do nível da qualidade de vida de seus integrantes, logo é uma organização do terceiro setor, principalmente por não ter finalidades de distribuição de quaisquer bens ou valores. Como organização do terceiro setor, sua existência só terá sentido se cumprir sua missão, logo não está realizando responsabilidade social, mas simplesmente realizando as atividades que são a razão de ser da organização.

Assim, pode-se observar que o Balanço Social é apenas um relatório de atividades e dispêndio de recursos por organizações que, se deixarem de realizar ações na área social e para a cidadania, deixarão de existir, pois sabe-se que a missão de uma organização é a sua razão de ser.

Outro ponto que deve ser observado para organizações do terceiro setor, é o que se refere à DVA. Para melhor compreensão, apresenta-se a DVA da organização em análise no Quadro 3 :

Quadro 3
Demonstração do Valor Adicionado – SESI-RN

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO SESI –DR RN		
DESCRIÇÃO	EM MIL REAIS	
1 – RECEITAS	10.714,74	100,00%
1.1 - Receitas Correntes	10.350,83	
1.2 - Receitas de Capital	363,91	
2 – APLICAÇÕES DE RECURSOS	250,85	2,34%
2.1 - Transferências a Instituições Privadas	250,85	
3 - APLICAÇÕES DIRETAS CORRENTES	4.604,33	42,97%
3.1 – Diárias	55,28	
3.2 - Material de Consumo	1.212,95	
3.3 - Material de Dist. Gratuita	13,80	
3.4 - Passagens e Despesas de Locomoção	34,62	
3.5 - Serviço de Consultoria	8,11	
3.6 - Serviço de Terceiros – Pessoa Física	673,80	
3.7 - Serviço de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.605,77	
4 - APLICAÇÕES DIRETAS DE CAPITAL	157,16	1,47%
4.1 - Obras e Instalações	17,33	
4.2 - Equipamentos e Material Permanente	139,83	
5 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.702,40	53,22%
6 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	5.702,40	100,00%
Pessoal e Encargos Sociais	4.844,86	84,96%
Previdência Social	767,63	13,46%
Superávit no Exercício	89,91	1,58%

Fonte: Oliveira e Batista (2000:9) . Com adaptações

Da análise da demonstração apresentada² e, considerando-se a discussão sobre os componentes dessa demonstração entre receitas, despesas e resultados, surge um ponto que carece de maior reflexão: trata-se do questionamento sobre que riqueza foi gerada e distribuída por uma organização do terceiro setor. O valor adicionado de R\$ mil 5.702,40, o foi a partir de que ponto? Onde a organização transformou insumos ou permutou ativos com terceiros para a geração de riqueza? Que produtos a organização em estudo entregou para os agentes econômicos quando da obtenção de recursos?

Esses e outros questionamentos podem ser feitos e carecem de estudos para que se possa utilizar a Demonstração do Valor Adicionado.

CONCLUSÃO

Diante do que foi exposto, pode-se inferir que outros estudos devem ser elaborados buscando uma solução para esses e outros questionamentos que podem ser feitos, com o intuito de se utilizar o Balanço Social e um de seus principais componentes, a DVA de forma plena e adaptada às características do terceiro setor.

Dadas as características de organizações do terceiro setor, principalmente no que se refere à geração de riquezas para a Economia e sua distribuição junto à Sociedade,

² Verifique-se a adaptação procedida em relação ao modelo da FIPECAFI apresentado neste trabalho.

pela difícil mensuração e por não ensejar distribuição de resultados positivos é que se faz tal assertiva.

Além disso, o trabalho voluntário envolve aspectos de ordem pessoal que, em muitos dos casos não permitem sua divulgação de forma ampla, pois a principal característica da doação é o desprendimento em relação a bens materiais.

Não significa dizer contudo, que não se deve dar publicidade às ações de organizações do terceiro setor; apenas essa divulgação não precisa necessariamente ser nos moldes de um Balanço Social como o apresentado por organizações do segundo setor, mas como um relatório de atividades com as mesmas características desse Balanço Social e talvez até com uma outra denominação, mas que cumpra suas finalidades informacionais e determinem a tomada de decisões por usuários de demonstrações contábeis em todos os níveis.

BILBIOGRAFIA

ANTHONY, Robert N e GONVINDARAJAN, Vijay. *Sistemas de controle gerencial*. São Paulo: Atlas, 2002.

ARAUJO, Osório Cavalcante. *A utilização de informações contábeis para o processo de gestão de organizações do terceiro setor situadas no estado do Ceará*. 2002. 167 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CARNEIRO, Célia Maria Braga. *O balanço social de empresas incentivadas sob o enfoque da redução de desigualdade social: uma investigação no estado do Ceará*. 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. *Demonstração do valor adicionado: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB*. São Paulo: Atlas, 1998.

FREIRE, Fátima de Souza. *Balanço social abrangente: ferramenta contábil eficaz para mensuração do papel social das empresas*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, n°130, p. 23-33. 2001

FONSECA, Luzia Viana da. *O estado, o terceiro setor e o mercado. Uma tríade complexa*. Goiás: CFC, XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade, 2000.

IOSCHPE, Evelyn Berg et. al. *3º setor: desenvolvimento social sustentado*: in III Encontro Ibero-americano do Terceiro Setor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KROETZ, César Eduardo Stevens. *Balanço social: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Contabilidade social*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. n° 120, p. 28-38, nov./dez.. 1999.

_____. *Auditoria do balanço social*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. n° 116, p. 18-31, mar./abr. 1999.

_____. *Balanço social: uma demonstração da responsabilidade social, ecológica e gestoral das entidades*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília: Conselho Federal de Contabilidade. n° 113, p. 42-51. set./out.. 1998.

LANDIN, Leilah & BERES, Neide. *As organizações sem fins lucrativos no Brasil ocupações, despesas e recursos*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

OLIVEIRA, Ana Katarina Pessoa de e BATISTA, Halcima Melo. *aplicação do balanço social em empresas sem fins lucrativos: um estudo de caso do serviço social da indústria – departamento regional do rio grande do norte – 1998/1999*. in Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

SANTOS, Ariovaldo dos. *Demonstração contábil do valor adicionado – DVA um instrumento para medição da geração e distribuição de riqueza das empresas*. 1999. P.275. Tese (para obtenção do título de Livre-Docente em Contabilidade) - Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental um enfoque administrativo*. São Paulo: Atlas, 1996.

STICKNEY, Clyde P. e WEIL, Roman L. *Contabilidade financeira: uma introdução aos conceitos, métodos e usos*. Tradução por: José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.